

## EDITORIAL

### PERIFERIAS DA NOVA EUROPA: PORTUGAL, O ALARGAMENTO E A NATO

---

*Our strength grows out of our weakness.*  
Ralph Waldo Emerson

A expansão concomitante da União Europeia e da NATO, em 2004, alarga o papel e a própria extensão da 'periferia' na 'nova Europa', levantando a questão do lugar de Portugal nesta cartografia. Este é o tema do II Colóquio da revista *Interacções*, a 17 de Março de 2004. O espírito do debate é que a situação de periferia europeia, numa ordem económica e política, simultaneamente, regional e multilateral, não é uma condição, mas um modo de acção. Durante cinquenta anos, as margens do continente europeu foram representadas pelas noções controversas de Europa do sul e de Europa oriental, por oposição à 'Europa ocidental' do milagre económico do pós-guerra e da geografia da guerra fria. Mas hoje a guerra fria e os anos dourados da economia de mercado são o passado dos assuntos europeus. A questão contemporânea não é mais, nomeadamente, qual o futuro de Portugal na União Europeia, mas o futuro da União Europeia é, em si próprio, a questão provocativa. A resistência dos novos membros a uma Europa a várias velocidades, as dúvidas sobre a evolução da situação na Rússia, a 'orientalização' da NATO e a reavaliação das teorias atlânticas depois da intervenção americana no Iraque são temas centrais da Europa alargada como um projecto ainda em construção.

Por outro lado, se um intrínseco estatuto periférico caracteriza a posição de Portugal na ordem europeia, no entanto, a condição de

periferia tornou-se, hoje, um capital amplamente explorado pelos candidatos à União Europeia saídos da cortina de ferro. Este ímpeto para transformar margem e fraqueza em força e poder procura retirar consequências práticas da importância que o espaço pós-comunista detém nos novos interesses da Europa e dos Estados Unidos. A ordem estratégica agora não coincide mais com a pura formulação atlântica de ‘mundo ocidental’, da mesma forma que os padrões que definem a hegemonia, na economia pós-industrial e tecnológica de hoje, se afastam dos modelos de prosperidade social protegida e regulação económica dos anos dourados. Quais os modos de acção que Portugal detém hoje para garantir os seus interesses nos negócios europeus?

Este número da revista inclui seis artigos críticos. Filipe Nunes Vicente apresenta uma retrospectiva histórica da legislação proibitiva das drogas, comparando as políticas antes e depois dos anos 1930 e o caminho percorrido até ao cenário contraditório desta questão na sociedade ocidental contemporânea. Carlos Farate analisa, num artigo erudito que compara situações terapêuticas de crianças com origens sociais diferentes, a correlação instável entre corpo, mente e afeição, no tratamento das perturbações do comportamento, a saúde mental infantil e os riscos da adicção. No texto seguinte, Michael Knoch discute a influência que o pensamento e a teologia humanista de Martinho Lutero tiveram sobre a reflexão ética em Immanuel Kant e, em geral, o pensamento moderno sobre a Ética, esclarecendo a ênfase evangélica na relação entre a ligação pessoal com Deus, o envolvimento produtivo com o mundo e a ética do serviço ao próximo. O artigo de Rui Aragão Oliveira et al. é baseado num estudo realizado, em Portugal e nos Estados Unidos, para avaliar o modo como alunos universitários, em ambos os países, representam questões sobre aconselhamento e psicoterapia. O programa de intervenção ‘Rede Social’, do governo português, é o tema do texto de Sónia Guadalupe de Abreu, numa abordagem que combina a crítica da teoria do apoio social com o estado teórico da noção de rede social. Finalmente, numa narrativa fortemente memorial e confessional, Maria Manuela de Mendonça, neuropsiquiatra infantil e antiga presidente do conselho de administração e directora do Hospital Sobral Cid, de Coimbra, aborda a obra do médico e psiquiatra português João dos Santos e a actividade inovadora e fecunda que desenvolveu na prevenção, tratamento e redefinição da doença mental infantil em Portugal.